

GEOGRAFIA E LINGÜÍSTICA: INTERSECCÕES NO ESTUDO TOPONÍMICO

Alexandre Melo de SOUSA

Universidade Federal do Acre – UFAC
C. H. Manoel Julião, bl. R-01, ap. 402
Estação Experimental – CEP: 69907-540
Rio Branco – AC
E-mail: alex-uece@bol.com.br

RESUMO: A *Toponímia* tem como um de seus princípios básicos a análise da relação do homem com o meio, no que se refere à designação dos *topos*. Este trabalho apresenta um estudo etnolingüístico acerca da toponímia da Amazônia Ocidental Brasileira (seringais e colocações acreanas), com ênfase para a análise dos *corotopônimos*.

PALAVRAS-CHAVE: toponímia; etnolingüística; Amazônia Ocidental Brasileira; corotopônimos.

ABSTRACT: The *Toponymy* has as one of its basic principles to analyse the relationship among the human beings and the environment, in what concerned to the designation of *topos*. This work presents a etnolinguistic study about the toponymy of Brazilian Eastern Amazonia (“seringais” and “colocações” of Acre), emphasizing *coro-toponymy* analysis.

KEYWORDS: toponymy; etnolinguistic, brasilian eastern amazonia, coro-toponymy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise da cultura e do conjunto de valores de uma sociedade exige, precipuamente, um estudo centrado na língua – já que é através dela que são revelados os pensamentos e os costumes dos diferentes grupos humanos. A língua “traduz toda uma cultura, traduz todo um universo peculiar com suas implicações psicológicas e filosóficas que é preciso alcançar para enriquecimento da experiência” (BORBA, 1984, p. 07). Exemplo disso é o estudo dos designativos escolhidos pelos grupos sociais para nomear o espaço e os elementos físico-geográficos que os cerca. A disciplina que se ocupa do estudo de nomes próprios de lugares é a *Toponímia*.

Cabe à Toponímia estudar a procedência da significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antroponímicos que tenham influenciado sua escolha. Portanto, o campo de investigação toponímica não se limita ao aspecto lingüístico ou etimológico.

Desse modo, entendendo que o estudo toponímico de uma região exige, entre outras ações, o regate da motivação que há por trás da escolha dos designativos, no presente trabalho objetiva-se discutir alguns aspectos referentes à toponímia dos seringais e colocações acreanas, num enfoque etnolingüístico. Prioriza-se investigar os nomes que tiveram como fator de influência motivacional a realidade sócio-histórico-cultural do grupo humano que nomeou o espaço, embora não se deixe de pontuar, ainda que panoramicamente, os designativos motivados por fatores físicos. Pretende-se, num âmbito geral, verificar de que forma ocorre a inter-relação língua – homem – cultura no ato de nomear os referidos acidentes humanos.

TOPONÍMIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Da localização da Toponímia como ramo lingüístico

As unidades léxicas que nomeiam os acidentes geográficos são denominadas topônimos, e o estudo desses itens lexicais, assim como do processo de nomeação que os caracterizam são objetos de investigação da *Toponímia* – disciplina lingüística que, juntamente com a *Antroponímia*, constituem as sub-áreas da *Onomástica*. Enquanto a *Toponímia* trata da análise dos nomes próprios de lugares, dos *topos*; a *Antroponímia* estuda os nomes próprios de pessoas. Sobre o campo de atuação da *Onomástica*, Dick (2002) explica:

Na *Onomástica*, o nome próprio não se esgota em si, ou no ato da nomeação dos lugares e das pessoas. Como signo lingüístico, o nome próprio, [...] atinge

outras dimensões culturais, voltadas aos aspectos etno e sociolingüísticos. Com isso, entramos também no campo da dialetologia, das variações de uso da língua dominante em determinados períodos de sua historiografia interna e externa, e na fixação da vertente brasileira do português europeu.

Vale ressaltar, ainda, com Dick (1990) que o campo de estudo da Toponímia não se limita á investigação lingüística ou etimológica, já que ela procura, também, a procedência da significação dos nomes dos lugares, considerando aspectos extralingüísticos como: aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolingüísticos, que os originaram. O topônimo, segundo a autora, geralmente tem relação com a história e a cultura da localidade que ele nomeia.

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

Diante do exposto, entende-se que o estudo dos topônimos evidencia a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, como defendeu Sapir (1969, p. 44). Para ele, a língua de um povo reflete o ambiente, já que dele recebe influência.

Isso, de algum modo, justifica seu tratamento no âmbito da etnolingüístico, uma vez que, como afirmou Pottier (1973, 124-125), a Etnolingüística traduz “o estudo das relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam”. Em outras palavras, é o estudo do próprio código, de suas várias funções e de suas mensagens.

Da motivação do signo lingüístico em função toponímica

Como destaca Sousa (2007b), a noção saussuriana da arbitrariedade do signo lingüístico tem despertado discussões entre os estudiosos da linguagem, sobretudo entre os semanticistas, seja quanto à dicotomia significante/significado seja, num plano mais geral, quanto à vinculação entre signo/realidade. Daí, de acordo com Ullmann (1964, p. 116), surgiram vários enfoques teóricos, dentre os quais, duas tendências de pensamento lingüístico destacam-se: a tendência “analítica” ou “referencial”, “que procura atender a essência do significado, reduzindo-o aos seus componentes principais”; e a “operacional”, “que estuda as palavras em ação e que se interessa menos por o que é significado, que pelo modo que opera”.

Para Alinei (1994 *apud* ISQUERDO, 1996), todo signo, no momento de sua criação, é motivado, já que o denominador, ao nomear um novo referente,

busca no ato da criação desse nome recursos no próprio sistema da língua. No entanto, ao adquirir sua funcionalidade e ao longo do seu uso, o signo vai tornando-se arbitrário. Por isso, o semanticista “defende a existência de uma dupla estrutura do significado: a *genética* e a *funcional*” (ISQUERDO, 1996, p. 88).

Outros lingüistas também consideram a motivação do signo lingüístico: Ullmann (1964), por exemplo, defende que pode ocorrer motivação semântica do signo por uma relação metafórica ou metonímica; e Guirraud (1980, p. 30), por sua vez, destaca a motivação externa do signo que “repousa sobre uma relação entre a coisa significada e a forma significante do sistema lingüístico”.

No caso do signo toponímico, como explica Dick (1992), pode-se acatar, a princípio, a noção saussureana de arbitrariedade, já que, estruturalmente, o topônimo é, como uma forma de língua, um significante animado por uma substância de conteúdo; contudo, funcionalmente, o topônimo é marcado duplamente: “o que era *arbitrário*, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente *motivado*, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1992, p. 18).

Assim, considerando a natureza intrínseca do signo toponímico, é preciso rever a questão da arbitrariedade, já que sua característica primordial é a motivação semântica no processo de construção do significado: aspectos sócio-histórico-culturais ligados ao contexto de um grupo alocado em um determinado espaço geográfico marcado por determinadas características físico-naturais são considerados no ato da nomeação dos acidentes geográficos físicos e/ou humanos.

[...] o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida (DICK, 1992, p. 47).

Sousa (2007b), apoiado em Dick (1992) acrescenta que a motivação toponímica possui um duplo aspecto que transparece em dois momentos: “primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva”, e em seguida na origem semântica da nomeação, no significado intrínseco a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais diversas origens.

Assim, considerando-se o nome próprio [de lugar] como fato da língua (como um signo lingüístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antro-po-culturais), o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada região e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente a região pesquisada (SOUSA, 2007b, p.)

Da categorização toponímica: a proposta de Dick

De acordo com Sousa (2007a, p. 27), entre as pesquisas toponímicas mais recentes e representativas no Brasil, estão as de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que, de uma maneira geral, propõem uma sistematização teórico-metodológica para orientar os estudos na referida área. Em Dick (1990), por exemplo, são apresentados os princípios teóricos de investigação toponímica, e uma discussão sobre dois planos de investigação – o diacrônico e o sincrônico – considerando que a investigação no âmbito do segundo plano, permite “o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das *taxes toponímicas*, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antro-po-cultural” (DICK, 1990, p. 367) [1].

Em outra obra, a autora (1992) apresenta uma reformulação do modelo de classificação taxionômica para os topônimos, contemplando 27 (vinte e sete) *taxes*: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – *Taxionomias de Natureza Física* –, e 16 (dezesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – *Taxionomias de Natureza Antro-po-Cultural*:

TAXIONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA

a) *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC); b) *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Avenida Leste-Oeste (CE); c) *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC); d) *Dimensiotopônimos*: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Barra Longa (MG); e) *Fitotopônimos*: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE); f) *Geomorfotopônimos*: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA); g) *Hidrotopônimos*: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS); h) *Litotopônimos*: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB); i) *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS); j) *Morfotopônimos*: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ); l) *Zootopônimo*: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE)

TAXIONOMIAS DE NATUREZA ANTROPO-CULTURAL

a) *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES); b) *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP); c) *Axiotopônimos*: topônimos relativos

aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN); d) *Corotopônimos*: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC); e) *Cronotopônimos*: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO); f) *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG); g) *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT); h) *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC); i) *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex. Passa e Fica (RN); j) *Hierotopônimos*: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Esse categoria subdivide-se em: i. *Hagiotopônimos*: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Santa Luzia (BA) ii. *Mitotopônimos*: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE); l) *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC); m) *Hodotopônimos*: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC); n) *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR); o) *Poliotopônimos*: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO); p) *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP); q) *Somatopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC)

Do caráter interdisciplinar toponímico

Segundo Dick (1990, p. 36), a Toponímia configura-se como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. A Toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

Os topônimos, conseqüentemente, constituem uma fonte de grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, pois por meio deles, como explica Salazar-Quijada (1985, p. 29): “a nação obtém uma personalidade geográfica própria e se particulariza com relação aos demais territórios do mundo”[2]. Assim como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são reconhecidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos (cf. SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 30).

Dick (1984, p. 45) observa que as relações entre Toponímia e História “se fazem sentir no quotidiano dos próprios fatos que os designativos revelam”. A estudiosa registra, ainda, que o topônimo pode conferir não só dimensões regionais, mas também nacionais, trazendo uma enorme carga histórica e social. Os topônimos que fazem referência a fatos históricos ou a membros que deles participaram são classificados, segundo Dick (1992, p. 39), como *historiotopônimos* – localizados entre as *taxes de Natureza Antropo-Cultural*.

Salazar-Quijada (1985, p.33) também leva em consideração a dimensão histórica do topônimo. Para ele, por meio dos estudos toponímicos pode-se reconstruir a vida de um povo: sua cultura, seus movimentos migratórios, aspectos lingüísticos, aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma determinada região.

AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA: O ESPAÇO E O HOMEM

O espaço: características geo-históricas

O Acre, a Amazônia Ocidental Brasileira, situa-se à sudoeste da Região Norte do Brasil e se limita com: Amazonas (N); Rondônia (L); Bolívia (SE); e Peru (S e O). O Estado, cuja capital é Rio Branco, tem, como cidades mais populosas, além da capital: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira e Brasiléia.

Um planalto com altitude média de 200m domina quase todo o território acreano, que possui uma rede hidrográfica formada por diversos rios, sendo os principais: Juruá, Purus, Acre (que divide a capital em dois distritos), Tarauacá, Muru, Embirá e Xapuri.

A economia do Estado baseia-se, principalmente, na extração da borracha e da castanha, na pecuária e na agricultura. Com relação ao primeiro, vale ressaltar que o grande impulso na vida econômica e na colonização deste Estado foi dado com a exploração do látex, através do ciclo da borracha.

Chamado originalmente *Aquiri* – forma pela qual os exploradores da região transcreveram a palavra *uwakuru*, do dialeto dos índios *Apurinãs* – o território acreano, antes pertencente à Bolívia, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros. Segundo Araújo (1998, p. 74-79), datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos – motivados pelas fortes secas que assolavam a Região Nordeste e atraídos pela economia da borracha – que iniciaram a abertura dos seringais. Até então, o Acre era habitado por índios não aculturados. A partir dessa época, a região foi se expandindo através das três principais vias hidrográficas: o rio Acre, o rio Juruá e o rio Purus.

É importante destacar que, antes do século XIX, ainda não havia o território do Acre e a sua anexação ao Brasil, bem como a ambição de potências capitalistas em usufruir de matéria-prima, fez com que o “mundo amazônico”, no pensamento de Reis (1983), fosse um espaço de constantes “barganhas”, possibilitando, segundo o autor, o início da conquista da Amazônia. O Acre tornou-se uma área de litígio entre o Brasil e a Bolívia e nem os acordos – como o *Tratado de Madrid* (1750), o *Tratado de Santo Ildefonso* (1777) e o *Acordo de Badajós* (1801) – entre as coroas portuguesa e espanhola, solucionaram a questão.

Com a chegada dos imigrantes nordestinos, a economia da borracha desenvolvia-se de forma acelerada, e a grande presença dos brasileiros no Acre começava a inquietar a Bolívia que, por inúmeras vezes, tentou expulsá-los do território, sem sucesso. Embora o governo brasileiro reconhecesse a região acreana como parte do território boliviano, muitos brasileiros insistiam em permanecer lá.

Após diversos conflitos entre bolivianos e brasileiros, de acordo com Calixto (1985, p. 119-129), na tentativa de incorporar o Acre ao território brasileiro, o Governo do Brasil acabou por convidar o gaúcho Plácido de Castro, para treinar seringueiros para práticas militares e liderar o movimento contra os inimigos bolivianos. Apesar da inexperiência dos seringueiros, as tropas de Castro, após sucessivas batalhas, foram vitoriosas, derrotando o último foco de resistência boliviana em Puerto Alonso.

Dessa forma, o território acreano mais uma vez estava sob domínio brasileiro. Era necessário, portanto, a oficialização dessa posse através de um acordo entre as partes interessadas. Para isso, explica Souza (2005, p. 157-158), o então Presidente da República do Brasil, Rodrigues Alves, nomeou como Ministro das Relações Exteriores José Maria Paranhos Jr. – o Barão do Rio Branco – , que deveria ficar à frente das negociações com o país vizinho e resolver os problemas de fronteiras entre Brasil e Bolívia.

Estabelecidas as fronteiras, e determinada a área que passaria a pertencer a cada país, em 1903, foi assinado, pelos chanceleres [3] brasileiros e bolivianos, o *Tratado de Petrópolis*, através do qual, como explica Calixto (1985, p. 119-129), foram destinadas, definitivamente, para o Brasil as faixas de terra que compreendem o Acre, que passou a ser considerado, *a priori*, Território do Brasil.

Contudo, somente em 1962, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Nº. 4.070, assinada pelo então Presidente João Goulart, que elevou o Acre à categoria de Estado [4]. E no mesmo ano, segundo Souza (2005, p. 170), ocorreu a primeira disputa eleitoral para governador, cujos candidatos eram o Deputado José Guiomard dos Santos e o professor José Augusto de Araújo, na qual este último saiu vencedor. Atualmente, o Estado do Acre possui 22 (vinte e dois) municípios.

O grupo humano: formação sócio-cultural

É inegável que sem os seringueiros provenientes, em sua maioria, da Região Nordeste (especialmente do Ceará), o Acre, possivelmente, não pertenceria ao Brasil. Contudo, como lembra Sousa (2007a, p. 45), apoiado em Tocantins (1979) e Calixto *et al.* (1985), a formação humana da referida área não se deu tão somente com a entrada dos desbravadores nordestinos. Pelo menos dois outros momentos devem ser destacados: um momento anterior: a existência no território de sociedades indígenas; e um posterior: a chegada de grupos familiares provenientes do Sul e do Sudeste do Brasil.

[...] a região onde hoje está situado o Estado do Acre já estava ocupada muito antes da chegada de colonizadores, por índios pertencentes a grupos diversos. Antes da “descoberta” da borracha havia 50 grupos indígenas. Hoje, calcula-se a presença de apenas doze etnias (SOUSA, 2007a, p. 45).

A chegada desses conquistadores deu início a um processo de aniquilamento físico e esfacelamento do universo cultural e da organização econômica dos nativos. A partir de 1877, enormes contingentes de migrantes nordestinos extratores de látex foram aportando nas terras acreanas, resultando na formação dos seringais e, conseqüentemente, da sociedade acreana.

Começa-se a formar, portanto, uma população no Acre que mesmo sem verificar-se uma miscigenação em alta escala com a raça indígena, vai crescendo em função do aumento da demanda da borracha, da maior adaptação do homem aos rigores que oferecia a terra e das notícias que corriam por todos os recantos, que a borracha prometia fácil e rápido enriquecimento (ISQUERDO, 1996, p. 381).

Martinello (1988, p. 207 - 208) destaca duas fases migratórias para a região acreana. A primeira, referida anteriormente, foi marcada pela intensa demanda da borracha no mercado internacional, provocando um alto índice de crescimento populacional, mas que, entre 1920 e 1940, em virtude de emergência do produto oriental, resultou no declínio da produção e dos preços da borracha, favorecendo, assim, uma baixa taxa de crescimento demográfico.

A segunda fase de migração, conhecida como *Batalha da Borracha*, ocorreu a partir do incentivo de autoridades estrangeiras, com vistas à urgente necessidade do látex na indústria bélica norte-americana. O apelo do governo brasileiro, “convidando” os brasileiros para servirem o país como *soldado da borracha* e o desejo por uma vida mais digna, fez eclodir a segunda leva de trabalhadores para os seringais. Nessa segunda fase, embora a predominância fosse de nordestinos, foi

registrada a presença de trabalhadores oriundos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (MARTINELLO, 1988, p. 226).

Em função disso, no que diz respeito à questão étnica, o povoamento da região acreana, desde a primeira fase migratória, resultou do encontro do elemento indígena com o elemento nacional, principalmente, nordestino. Os nativos transmitiram aos nordestinos conhecimentos e habilidades necessárias para a investida no meio florestal – que era absolutamente adversa à da sua terra de origem.

O seringueiro, isto é, o grupo social representante da Amazônia, trouxe um conjunto de traços culturais dos lugares de onde emigrou e, em contato com o novo ambiente, sofreu um processo de aculturação, surgindo assim novos valores na indústria extrativa da borracha (COELHO, 1982, p. 45).

Como explica Rancy (1992, p. 51-53), pode-se observar a influência do nativo sobre o conquistador em diversos setores: a) na alimentação, a partir do aproveitamento dos recursos naturais; b) na habitação, a partir da adequada utilização dos produtos florestais na confecção das barracas; c) nos meios de locomoção, a partir da abertura de caminhos na selva, ou mesmo na fabricação e utilização de pequenas embarcações; entre outros.

Enfim, para garantir sua sobrevivência naquele ambiente, o rude seringueiro assimilou muitos hábitos e valores dos nativos, além dos já citados, acrescentando-se a) o vocabulário utilizado para a identificação de espécies animais e vegetais, ou para os elementos geográficos que integram o ambiente onde viviam; b) as crenças e lendas existentes na região que, de algum modo, passaram a orientar a vida e o trabalho dos desbravadores da selva.

Essas características reforçaram o caráter multicultural da população seringueira, misto de tradições indígenas locais com as tradições dos migrantes nordestinos que povoaram a região, a partir do início do século XX, e dos migrantes de outras regiões do Brasil, que chegaram nos anos 1970.

A PESQUISA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento – o *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* – que coordenamos na Universidade Federal do Acre.

Os topônimos selecionados e analisados no presente trabalho tiveram como fontes: a) os dados constantes em Isquierdo (1996), que foram coletados no *Relatório Sócio-Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes* (1992) e no *Centro de Trabalhadores da Amazônia* (1994); e, b) o *Mapa Político-Administrativo do Estado do*

Acre (2006), escala 1: 1000 000, fornecido pelo IBGE-AC. O *corpus* utilizado é constituído por 279 (duzentos e setenta e nove) designativos de seringais e colocações acreanas.

Para atingir o objetivo geral proposto neste estudo – verificar o inter-relacionamento entre fatos lingüísticos e fatores sócio-culturais – seguimos os seguintes passos metodológicos: a) os designativos selecionados foram agrupados em uma só categoria geográfica (ou seja, não distinguimos os nomes dos seringais dos nomes das colocações); b) os topônimos foram catalogados, classificados e analisados, segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), que apresenta 27 (vinte e sete) categorias, distribuídas em *Taxionomias de Natureza física* (11 taxes) e *Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural* (16 taxes) (cf. seção 1.3); c) os designativos foram distribuídos em dois blocos, de acordo com a natureza taxionômica em que se enquadravam; e d) os sintagmas toponímicos classificados como *corotopônimos* – objeto de estudo deste artigo – foram analisados mais detidamente.

Inicialmente, observou-se que, quanto à Natureza Toponímica, a quantidade de topônimos pertencentes ao grupo *Natureza Antropo-cultural* (NA) foi superior ao de *Natureza Física* (NF). Os primeiros apareceram 185 vezes, correspondendo a 66,3%, enquanto os de *Natureza Física* apareceram 94 vezes, somando 33,7%, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 01: Natureza Antropo-Cultural X Natureza Física

NATUREZA TOPONÍMICA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
<i>Natureza Antropo-Cultural</i>	185	66,3%
<i>Natureza Física</i>	94	33,7%
TOTAL	279	100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Esse primeiro resultado deixa evidente a valorização dada aos aspectos sócio-culturais pelo grupo humano que deu nome aos seringais e colocações acreanas. Isso pode ser justificado pela própria formação populacional desses espaços. Frente às dificuldades encontradas e o não-conhecimento dos elementos físicos da região, usavam os designativos para manifestar seus sentimentos diante da realidade, para manifestar sua fé, lembrar dos locais de onde vieram entre outros. Trata-se de uma forma de conservar as tradições e os costumes de sua gente.

Em relação ao quantitativo geral das categorias toponímicas de *Natureza Antropo-Cultural*, o resultado mostrou que prevaleceram os *corotopônimos*. Foram registradas 56 ocorrências, o que corresponde a 30,3% do total. A tabela abaixo ilustra esse resultado:

Tabela 02: Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural

CATEGORIA TAXIONÔMICA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Corotopônimos	56	30,3%
Animotopônimos	41	22,2%
Hierotopônimos	25	13,5%
Antrotopônimos	16	08,6%
Dirrematopônimos	14	07,6%
Cronotopônimos	13	07,0%
Ecotopônimos	05	02,7%
Etnotopônimos	05	02,7%
Hodotopônimos	04	02,2%
Sociotopônimos	03	01,6%
Ergotopônimos	03	01,6%
TOTAL	185	100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

Não causa estranheza o fato de os *corotopônimos* terem aparecido em maior número entre os designativos selecionados. A história acreana, principalmente no que se refere à origem dos seringais, justifica esse resultado. Pessoas que chegavam de vários lugares do Brasil, deparando-se com um ambiente completamente diferente do seu, possivelmente, como forma de manter vínculo com a região de onde vinham, batizavam a nova morada com o nome da antiga.

Destacam-se entre os *corotopônimos* aqueles que fazem referência a cidades cearenses, de onde saíram grande parte de seringueiros: *Canindé, Fortaleza, Lavras, Quixadá, Viçosa* entre outras.

Backheuser (1949) explica que é muito comum certos topônimos serem conduzidos por migrações ou ganharem impulso pelo prestígio do local de origem. Os imigrantes batizam os lugares com nomes de outros lugares familiares, algumas vezes, devido às semelhanças encontradas nas paisagens ou mesmo o desejo saudista de prolongar suas pátrias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, podemos verificar, diante dos dados analisados, as intersecções línguoculturais existentes na Toponímia, ou seja, como língua e cultura refletem-se nesse sistema onomástico, tornando patente sua importância dentro as ciências lingüísticas como instrumento de recuperação e possível interpretação de ideologias dos povos por meio dos nomes de lugares.

Em se tratando do Estado do Acre, cuja história de formação é bastante peculiar, a análise toponímica deixou transparecer a forte valorização dos elementos sócio-culturais por parte do denominador, uma vez que o número de topônimos de *Natureza Antropo-cultural* foi superior aos de *Natureza Física*. E, entre os primeiros, a superioridade de *corotopônimos* revela um alto grau de miscigenação, associada ao sentimento saudosista do grupo humano.

De um modo geral, fica claro que os topônimos, como unidades léxicas que são, comportam em seu bojo fatos que evidenciam necessidades e interesses de grupos humanos que os engendraram, revelando traços lingüísticos e culturais, mesmo os já desaparecidos, inerentes a esses grupos. Assim, língua e cultura, em processo simbiótico, exprimem-se nessas unidades lexicais.

NOTAS

- 1 Dick (1990), além de formular uma terminologia técnica para a ciência toponímica, põe em destaque os principais motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica de determinada região.
- 2 “la nación obtiene una personalidad geografica propia y se particulariza con respecto a los demás territorios del mundo” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.29).
- 3 O *Tratado de Petrópolis* foi assinado na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro), no dia 17 de novembro de 1903, pelos ministros brasileiros: Barão do Rio Branco e Assis Brasil; e pelos ministros bolivianos: Fernando Guachala e Cláudio Pinilha. Na época, Rodrigues Alves era o Presidente do Brasil, e José Manuel Pando, o Presidente da Bolívia (cf. SOUZA, 2005, p. 158).
- 4 Segundo Souza (2005, p. 170), coube ao Deputado acreano José Guiomard dos Santos a apresentação do projeto que transformou o Acre em Estado. O referido parlamentar governou o Território do Acre de 1946 a 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. G. J. de. (1998). **Entre almas, encantos e cipó**. Campinas, SP: 1998. Dissertação (Mestrado) - Unicamp.
- BACKHEUSER, E. (1949). Toponímia: suas regras, sua evolução. **Revista Geográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 9-10(25): 163-195.
- BORBA, F. da S. (1984). **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Cultrix, 316p.

CALIXTO, V. de O. *et al.* (1985). **Acre uma história em construção**. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto/Secretaria de Educação, 397p.

COÊLHO, E. M. (1982). **Acre: o ciclo da borracha (1903 – 1975)**. Niterói: 1982. Dissertação (Mestrado) – UFF.

DICK, M. V. de P. do A. (1984). Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil. **Separata da Revista de História**. São Paulo: USP, (116): 43-54.

_____. (1990). **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 387p.

_____. (1992). **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 258p.

_____. (2002). Aspectos de etnolinguística na toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. **Revista da USP**. São Paulo, (56): 180-191.

GUIRRAUD, P. (1986). **A semântica**. São Paulo: DIFEL, 133p.

ISQUERDO, A. N. (1996). **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

MARTINELLO, P. A. (1988). A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. **Cadernos da UFAC**. Rio Branco: EDUFAC, 368p.

POTTIER, B. (1973). **Le language**. Les dictionnaires du savoir moderne. Paris: Denoel, p. 69-79.

RANCY, C. M. D. (1992). **Raízes do Acre (1870 – 1912)**. Rio Branco: M. M. Paim, 160p.

SALAZAR-QUIJADA, A. (1985). **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 178p.

SAPIR, E. (1969). Língua e ambiente. **Lingüística e ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 43-62.

SOUSA, A. M. de. (2007a) **Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira**: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos. Fortaleza. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

_____. (2007b) Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 90-108.

SOUZA, C. A. A. de. (2005). **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza Editor, 209p.

TOCANTINS, L. (1979) **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 440p.

ULLMANN, S. (1964). **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 577p.